



DIMENSÕES DO DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA, ESCOLA E DIREITOS HUMANOS*

JEFFERSON LEE DE SOUZA RUIZ**

Resumo: O presente artigo visa dialogar sobre distintas dimensões que compõem a relação entre violência, escola e direitos humanos. Sua elaboração deu-se em função de participação em conferência com o título “Os múltiplos sentidos da violência na relação escola e sociedade”, promovida pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio à Escola, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Seus objetivos são apresentar reflexões conjunturais sobre como a violência encontra-se presente na sociedade contemporânea, relacionando tal fenômeno com os desafios postos à escola e a profissionais que nela atuam, especialmente aqueles que têm por objetivo a promoção do acesso aos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência. Escola. Direitos Humanos.

The scope of the debate on violence, school and human rights

Abstract: This article aims to discuss different dimensions that compose the relationship between violence, school and human rights. Its preparation took place as a result of the participation in the conference entitled “The multiplicity in the meaning of violence concerning the relationship between school and society”, organized by the Interdisciplinary Center for School Support of Rio de Janeiro City Hall. The main goals of this article are to provide short-term reflections on how violence is present in contemporary society, relating this phenomenon to the challenges given to schools and the professionals who work there, especially those whose professional goal is to promote access to human rights.

Keywords: Violence. School. Human Rights.

* Artigo apresentado em sua versão original ao V Seminário Internacional “Direitos Humanos, violência e pobreza – a situação de crianças e adolescentes na América Latina”, realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade de Buenos Aires, nesta última cidade, em novembro de 2014.

** Assistente social e mestre em Serviço Social. Assessor de diretoria do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região (RJ).

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência tem sido pauta de diversas instituições e sujeitos sociais, sua complexidade motivando abordagens variadas, por vezes divergentes, em outras ocasiões complementares. A constatação da existência de distintas dimensões na violência (estatal, institucional, econômica, física, sexual, de gênero, racial, etária, religiosa, política, psicológica, dentre outras)

recomenda um olhar o mais amplo possível de suas causas e consequências, sem, contudo, permitir que os diferentes enfoques gerem a impossibilidade de analisá-la e de propor formas de sua superação, ou, ainda, que esbarrem em perspectivas ecléticas¹.

Este artigo intenciona apresentar alguns elementos para uma reflexão dialética sobre a violência, especialmente no que diz respeito a seus rebatimentos na escola, atingindo prioritariamente crianças e

adolescentes, além de suas famílias, das comunidades que habitam o entorno destas instituições, dos profissionais que nelas atuam.

O percurso a ser percorrido prevê ao menos dois momentos distintos. No primeiro serão apresentados dados e análises sobre o que tem conformado o discurso da violência nos dias atuais. No segundo, serão apresentadas provocações acerca de uma dimensão adicional que se apresenta para aqueles que recebem seus salários do dinheiro público, o que implica considerar as legítimas expectativas sociais em torno de nossa atuação profissional para responder a inúmeros fenômenos, dentre eles, o da violência.

PARA ALÉM DO SENSO COMUM

Violência tem sido um tema sobre o qual cada um de nós tem algo a dizer, ainda que corramos um grande risco de reproduzir visões mais próprias do senso comum. É bastante habitual, em diversas sociedades, que ela apareça como tema de preocupação central das populações. Por vezes, tal preocupação se manifesta sob denominações alternativas, como, por exemplo, a reivindicação por segurança pública, que tem chamado atenção de diferentes institutos ou núcleos de pesquisa. No Brasil, o tema também surge como uma das preocupações centrais da população em pesquisas pré-eleitorais. Além disso, instituições como a UNESCO e outras se dedicam a analisá-la percebendo eventuais distinções sobre como a violência se apresenta contra toda a população ou como tem impactos distintos sobre determinados segmentos populacionais.

Pensar a violência para além dos elementos do senso comum exige olhos atentos para aspectos conjunturais, mas também sobre as raízes de tal fenômeno. De qualquer forma, corre-se o risco, dada a complexidade do tema, de gerar mais perguntas que respostas. O que, convenhamos, por si só, já apresenta um passo significativo em um momento no qual as mais distintas manifestações e dimensões da violência são naturalizadas pela ordem capitalista mundial. A necessária referência à sociedade capitalista, aqui, não significa considerar que a violência seja um fenômeno

oriundo das relações sociais posteriores às revoluções burguesas do século XVIII. Afirmá-lo seria um equívoco histórico. Contudo, é preciso notar que sob a ordem do capital a violência assume características algo específicas, ainda que possa guardar semelhanças com ordens societárias anteriores ou antagônicas a este modo de produção e sociabilidade.

A VIOLÊNCIA ESTATAL

Em outubro de 2013 diversos movimentos sociais organizaram uma manifestação pública contra as violências do Estado brasileiro, ato realizado nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Para convocar a atividade foi produzido um pequeno vídeo para sua divulgação² e que traz alguns dados sobre os quais vale prestar atenção e aos quais voltaremos a seguir. Antes, contudo, é bom chamar a atenção para o aspecto central do debate sobre violência destacado por Žizek (2014). Para o autor, pensar a violência exige superar o horror e a repulsa que suas manifestações mais evidentes nos causam. Realizar uma análise desapassionada do tema implicaria ignorar seu impacto traumático (ŽIZEK, 2014, p. 19). Outro aspecto central é a percepção de que o que costumamos chamar de violência é, para o autor, apenas a reação a algo violento. “O que é um assalto a banco comparado com a fundação de um banco?”, questiona (p. 12). Para citar, a seguir, o cineasta Alfonso Cuarón em *Filhos da esperança*: “A tirania que hoje ocorre assume novos disfarces – a tirania do século XXI é aquela chamada de ‘democracia’” (p. 36). Uma lógica central do pensamento de Žizek acerca da violência parece estar expressa no seguinte trecho:

Quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta “normal” – ao passo que a forma mais alta de violência é justamente a imposição desse critério por referência ao qual certas situações passam a ser percebidas como “violência”. É por isso que a própria linguagem, o meio por excelência da não violência e do reconhecimento mútuo, implica uma violência

incondicional. (ZIZEK, 2014, p. 62).

Na sociedade capitalista, então, assim como no exemplo anteriormente citado relativo aos bancos, urge a necessidade de estar atento à brutal desigualdade que atinge classes e segmentos sociais, ainda que sob a forma de *democracia*, defesa da *paz*, *segurança*, *propriedade privada* e outros discursos habituais. Tal sociedade esconde sob a forma de suposta normalidade brutais manifestações violentas contra segmentos populacionais explorados e classes sociais desprovidas dos meios de produção de riqueza. Ainda: quando movimentos sociais e mobilizações espontâneas contra esta ordem de coisas resolvem questionar a domesticação de suas reivindicações no âmbito exclusivo do Estado são descredenciados (mesmo por setores das organizações populares). O mesmo Zizek, aqui acompanhado por Safatle, aponta esta dinâmica ao analisar os movimentos *Occupy*, que se espalharam pelo mundo em 2001 e anos subsequentes. Afirma que em um sentido psicanalítico tal postura desafiaria “o mestre, minando sua autoridade”. Ao perguntar “O que você quer?” e não obter respostas no plano do que prevê para sua solução, o ponto seguinte do debate seria “Fale nos meus termos ou se cale!” (ZIZEK, 2012, p. 23). Safatle aprecia o mesmo processo no que diz respeito à tentativa de eliminação do pensamento crítico:

Quando perguntam “afinal, o que vocês querem?”, é só para dizer, após ouvir a resposta, “mas vocês estão loucos”. Porém, toda grande ideia apareceu, para os que temem o futuro, como loucura. (...) Marx já dissera que a função da filosofia era transformar o mundo, e não simplesmente interpretá-lo³. Heidegger faz um adendo de rara precisão: “O pensamento age quando pensa”. (SAFATLE, 2012, p. 50)

Voltemos, contudo, ao vídeo do ato convocado pelos movimentos sociais para perceber, em números e exemplos, estas duas dimensões da violência. No vídeo, a *Human Rights* considera que a violência policial é um problema crônico no Brasil. Apenas no primeiro semestre de 2012, policiais foram

responsáveis por 214 mortes no Estado do Rio de Janeiro. Quem viveu as manifestações de junho de 2013 no Brasil sabe como esta violência se instala. Gases químicos, golpes de cassetetes, revistas autoritárias sobre pertences pessoais, prisão temporária de manifestantes. Trata-se de um processo de real criminalização de manifestações públicas. Um exemplo mais recente, e mais grave, foi o das prisões efetuadas contra manifestantes em decorrência da vigência da Lei Geral da Copa do Mundo 2014. Foram dezenas de militantes presos, após assumido trabalho de inteligência policial que raramente se destina a coibir crimes como o desvio de dinheiro público das políticas sociais. Alguns destes militantes chegaram a ter seus pedidos de *habeas corpus* negados pela Justiça brasileira.

Há versões ainda mais graves, como as que envolvem o fenômeno do desaparecimento forçado. À mesma época das jornadas de junho, caso emblemático foi o que envolveu o sumiço de Amarildo, morador da Rocinha, favela da cidade do Rio de Janeiro. Nesta situação específica, a organização dos movimentos sociais e das manifestações de rua, aliadas às denúncias em diversas redes sociais, fez que tal ocorrência obtivesse repercussão internacional. Isto, contudo, não ocorre com milhares de situações de desaparecimento forçado no Brasil, deixando parentes, amigos e companheiros de luta sem quaisquer informações de seus paradeiros. Exemplo disso ocorre neste momento em relação a Fernando de Oliveira, trabalhador na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Sem mobilização de rua que comporte a denúncia de seu desaparecimento forçado, como as ocorridas por ocasião do caso Amarildo, familiares e amigos continuam sem informações de seu paradeiro, há vários meses⁴.

O dado seguinte divulgado pelo vídeo anteriormente citado diz respeito ao número de estupros ocorridos, também em 2012, no Estado do Rio. Foram nada menos que 6.029; 502 por mês; 17 por dia.

A seguir, as entidades promotoras daquele evento informam que a Comissão Pastoral da Terra registrou,

em 2011, 29 assassinatos no Brasil em função de conflitos por terra. Apenas na última década, mais de 2.000 ativistas rurais foram ameaçados de morte, fenômeno que entidades como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm denunciado em âmbito nacional e internacional⁵.

Continuando suas denúncias, um dos documentos citados pelo vídeo é o Mapa da Violência divulgado em 2013. Uma visita ao documento permite contato com números que indicam que de 1980 a 2011 nada menos que 1.145.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Entre 2002 e 2011, 71,4% eram negras. Desde o final da década de 80 estes números superam o de pessoas mortas em acidentes de trânsito – outro grave problema nacional, que, da mesma forma, atinge mais a população jovem e masculina⁶.

O vídeo é encerrado com uma belíssima faixa produzida por militantes da organização REDES, da favela da Maré (também localizada no Rio de Janeiro) para os atos de junho de 2013. A faixa afirma, com todas as letras, que *A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela*. Expõe, assim, algo que setores que antes não se sentiam diretamente atingidos pela violência policial só passaram a perceber durante as manifestações de junho, dada a maior diversidade encontrada entre manifestantes naquela ocasião. Muitos deles eram jovens de classe média. Outros tantos defendiam bandeiras conservadoras e reacionárias, como a redução da maioridade penal para crianças e adolescentes, dos atuais 18 anos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Sofriam na pele a força da repressão a quaisquer manifestações que ousassem questionar as medidas tomadas pelos governos federal e estaduais para viabilizar os megaeventos esportivos que o Brasil tem sediado⁷.

Por si só, estas informações já nos demonstram algo que diferentes estudiosos do fenômeno da violência (inclusive os aqui mencionados) têm apontado: trata-se de um processo complexo, multicausal. Reduzi-lo a uma ou outra explicação simples significa fragilizar as condições de produzir

alternativas para seu combate.

VIOLÊNCIA E CAPITALISMO

Por outro lado, parece-nos possível afirmar que a violência é um fenômeno que assume características próprias em cada sociedade. No capitalismo, por exemplo, o discurso em torno da segurança (como vários outros, é verdade) tornou-se um negócio privado que movimenta bilhões de reais apenas no Brasil. Já em 2002 a estimativa era de 7 bilhões ao ano, chegando aos 36 bilhões em 2012⁸. Segundo a Organização dos Estados Americanos, a OEA, em 2012, o Brasil liderava o mercado de segurança privada na América Latina. Trata-se de um efetivo de nada menos que 1.675.415 profissionais⁹. No ano anterior, 2011, tratava-se (segundo estudos de pesquisadores suíços do *Small Arms Survey*) do 5º maior mercado de segurança privada do mundo – atrás de Índia, China, Estados Unidos e Rússia¹⁰.

Poderíamos apontar inúmeros dados adicionais sobre como a violência atinge diversos setores da população – de forma desigual, diga-se de passagem. Os padrões de dominação existentes sobre a vida costumam ser uma dimensão importante deste mesmo debate: basta pensar nos também crescentes índices de violência e assassinatos a homossexuais no Brasil¹¹, ou em como nossos abarrotados presídios expressam um perfil de classe, etário, étnico e racial nas pessoas privadas de liberdade¹².

Falar sobre violência, portanto, implica considerar distintas dimensões. Inclusive as violências que não se expressam, necessariamente, através de agressões físicas ou risco à vida – no sentido de deixar de respirar, pensar, habitar o planeta. Há violências subjacentes em fenômenos como o racismo, a homofobia, o machismo, a organização espacial das cidades (que expulsa de regiões mais próximas de uma vida de qualidade enormes contingentes populacionais), as remoções e despejos de trabalhadores de seus locais de moradia e em tantos outros fenômenos.

Há, ainda, o que Iasi (2014) afirma ser quase uma simbiose entre aspectos objetivos e subjetivos da

violência. Ela não impacta sujeitos sociais apenas quando são espancados ou sofrem atentados contra seus corpos. É muitas vezes fenômeno de ordem subjetiva, com significativos impactos sobre a autoestima, a capacidade projetiva, as condições de se reconhecer como ser social de inúmeros sujeitos. Não é por menos que o Conjunto CFESS/CRESS – composto pelos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social de todo o Brasil –, ao longo dos anos de 2011 a 2014, realizou a campanha *Toda violação de direitos é violência*¹³. Com ela, não se pretendia relativizar as manifestações de violência, nem dizer que há uma única solução para esta chocante realidade que vivenciamos em nosso cotidiano. Ao menos em minha interpretação, também não se pretendia afirmar que resolver as desigualdades sociais e econômicas significaria automaticamente solucionar todas as demais mazelas sociais, inclusive extirpar a violência da face do globo terrestre. A história já nos mostra que não é este o processo. Contudo, numa sociedade desigual econômica e culturalmente; em que a política representativa vai demonstrando, cada vez mais, seus limites; em que machismo, homofobia – também em suas diversas e distintas expressões de rejeição a quaisquer expressões de homoafetividade – racismo, preconceito por idade, condição social, local de habitação, condição física e tantas outras características são tão acentuadas, não há como dissociar o fenômeno da violência destes outros enfrentamentos.

Trata-se, portanto, da necessidade de expandir nosso olhar sobre este fenômeno para além daquilo que nos é permitido constatar em uma primeira apreensão.

A NATURALIZAÇÃO – E A GLAMOURIZAÇÃO – DA VIOLÊNCIA

Para estabelecer um gancho que nos permita provocar reflexões sobre o cotidiano de profissionais que ousam questionar a lógica pela qual a sociedade contemporânea se organiza, precisamos pensar, ainda, em outro aspecto. Na contemporaneidade parece haver uma naturalização, uma quase glamourização

de fenômenos que envolvem violência. Vejamos.

Ao mesmo tempo em que se questiona a utilização de “violências” em manifestações como as da jornada de junho de 2013 no Brasil – sem sequer diferenciá-las com uma leitura crítica acerca de tais manifestações – a maior audiência a telenovelas brasileiras é as de capítulos em que um personagem espanca outro por motivos banais. Ao mesmo tempo em que pessoas se trancam em suas casas e dizem não ter segurança para sair à noite em cidades tão diferentes como o Rio de Janeiro (com quase 7 milhões de habitantes) ou Americana, em São Paulo (com pouco mais de 200 mil habitantes), estas mesmas pessoas vivenciam fenômenos como agressão, linchamento e espancamento de moradores de rua ou de outros, que cometem pequenos furtos, como o ocorrido com um adolescente negro no Rio de Janeiro, acorrentado a um poste em região nobre da cidade.

Em outro âmbito, alguns lutadores, convertidos rapidamente em celebridades, recebem milhões de dólares ao ano para espancar e nocautear outros em rede nacional de televisão, numa constrangedora atualização do que foram arenas romanas de séculos passados. Desde lá, as classes dominantes eram quem obtinham lucros com tal manifestação. A população pobre, imensa maioria, recebia violência em forma de pretensa *diversão*. Atualizemos este quadro para a potência dos meios de comunicação no século XXI, consideremos os milhões obtidos com patrocínios, bilheterias, vendas de produtos relacionados a estes *ídolos* populares e veremos que a história se repete, ainda que com características distintas. A violência, também aqui, se transforma em mercadoria lucrativa para o capital.

A violência está sendo então apresentada na contemporaneidade como solução para uma diversidade imensa de situações. Através dela, pretensamente resolvem-se: fila do supermercado; ausência de emprego; relações pessoais e afetivas; momentos de um suposto lazer. Mas, atenção! Ela também é utilizada para processos macrosociais em curso no mundo. Os Estados Unidos seguem repetindo, a cada momento conjuntural em que há

ameaças a sua hegemonia, o mesmo discurso que fizeram após o ataque às torres gêmeas em 2001, e que justificaram invasão, tortura e extermínio em países como Afeganistão, Iraque ou, mais recentemente, quando tentaram ameaçar a Coreia do Norte.

É, portanto, a esta diversidade imensa de situações que devemos dar atenção quando afirmamos que a violência é um fenômeno multicausal.

TODA VIOLÊNCIA É ILEGÍTIMA?

Antes de partir para provocações relativas ao nosso exercício profissional é necessário fazer um último parêntese. Vimos anteriormente, nesta contribuição, aspectos sobre a violência que certamente são tidos por nós como negativos, que nos geram sentimentos de rejeição. Mas será que toda violência é ilegítima e questionável?

Há um livro recém-lançado no Brasil que aprofunda a vida de Jesus e a sociedade à sua época. Ele é escrito do ponto de vista histórico e arqueológico, visitando textos *sobre* aquele tempo (e *daquele* tempo) para além dos que estão publicados na Bíblia – embora estes também sejam analisados. O autor do livro, Reza Aslan, afirma que Jesus defendia a violência como recurso legítimo da população contra o Império Romano (ASLAN, 2013). Uma das indignações deste personagem histórico que inspira bilhões de pessoas pelo planeta seria, exatamente, a constatação das desigualdades sociais existentes em sua época. Em sua juventude, Jesus provavelmente teria contribuído para a reconstrução da rica Séforis, a pouca distância da pobre Nazaré, local em que vivia.

Quando populações estão submetidas a vidas desprovidas de sentido e de condições mínimas, como questionar que suas reações cheguem a ser, eventualmente, violentas? Haveria legitimidade naquilo que partidos e movimentos sociais costumam chamar de violência revolucionária? Será, mesmo, que pela via única das eleições e da disputa pretensamente *pacífica* da sociedade civil conseguiremos viabilizar a derrota do sistema capitalista, violento em sua

essência para a grande maioria dos habitantes do planeta? São questões legítimas, e urgentes, para nossa reflexão.

VIOLÊNCIA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Alguns de nós poderiam se sentir tranquilos frente a uma avaliação como esta, pensando algo como: *Se a violência é um fenômeno tão grande, tão complexo, tão multifacetado, nada que eu fizesse, individualmente, poderia contribuir para sua alteração. Então, como não sou herói ou heroína, não vou sequer me preocupar com ela.*

Diríamos que ocorre o contrário. É preciso fazer com que este quadro nos incomode todos os dias de nossa atuação profissional. Afinal, quando profissionais que atuam em escolas lidam com agressões entre alunos por motivos banais; quando constataam que alguém não rende o suficiente em seus estudos porque há situações de violência doméstica em curso (várias contra estas próprias crianças e adolescentes); quando sofrem ameaça de espancamento por estudantes que tiraram notas baixas etc., são expressões deste fenômeno se manifestando. O mesmo pode ser identificado quando a razão do não rendimento escolar é a ausência de alimentação adequada para crianças e adolescentes. Ou a necessidade de, desde muito cedo, trabalharem para contribuir para o sustento de suas famílias, de forma que não conseguem dedicar tempo para brincar, nem se relacionar com colegas de sua faixa etária, quiçá estudar.

A primeira saída para esta situação parece ser perguntar, sempre, o porquê destes acontecimentos. E não esperar respostas prontas e acabadas. Nem ceder à tentação, fortíssima, de culpar exclusivamente o indivíduo pela manifestação da violência que naquele momento nos é apresentada, crua, desafiadora, fazendo-nos sentir reféns, impotentes e incapazes de propor uma solução.

No âmbito das profissões, inclusive do Serviço Social, é necessário fazer uma reflexão. Em encontros para debater direitos humanos e atuação profissional, costumamos perguntar quem é o principal violador

de direitos na atualidade. A resposta vem pronta e imediata: o Estado! Logo a seguir, perguntamos: *E quem é nosso maior empregador no Brasil?* Diferente de outras profissões, que têm grande possibilidade de atuação liberal, assistentes sociais são, em sua ampla maioria, funcionários e funcionárias dos diversos níveis do Estado no país. Há, aqui, uma relação imediata: se o Estado é o maior violador de direitos e é quem nos contrata, em grande maioria, a possibilidade de que participemos de omissões ou violações de direitos é imensa! E as profissões (e seus profissionais) que constroem códigos de ética comprometidos com a qualidade dos serviços que oferecem à população não podem se colocar como imunes a este quadro.

Se aqueles que atuam em educação – e, portanto, são educadores em alguma medida – dissociam suas explicações para o fenômeno da violência do conjunto da vida social, a tendência é que nossa atuação apenas legitime as ações violentas do Estado e da sociedade, sem que sequer nos demos conta disso. É o que acontece, por exemplo, com a defesa da prisão como solução para diversas situações sociais. Em geral somos levados a pensar que prisão soluciona tudo: da mulher que opta ou é levada a fazer um aborto à pessoa que consome ou vende pequenas quantidades de drogas; do pequeno furto à corrupção parlamentar e empresarial, que desvia milhões e milhões de reais do investimento em políticas públicas; da violência contra mulheres e homossexuais, à palmada, ou ao *bullying*... E continuamos disputando mundialmente quem prende mais pessoas (consequentemente, quem tortura mais ou quem priva mais pessoas de direitos como liberdade, trabalho, educação). Curioso notar que não defendemos prisão, ou qualquer punição, para quem enriquece à custa da exploração do trabalho alheio...

É necessário situar do que falamos quando defendemos o recurso ao sistema prisional no Brasil. Aqui, tal medida não significa apenas perda de liberdade – e, como vimos, apenas para uma parte restrita da população. Significa também ausência de acesso à educação e trabalho. Ainda que o discurso

continue sendo o de uma suposta e imaginária *ressocialização*. Pesquisa nacional realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, nas unidades prisionais em 2012, demonstrou que o acesso a políticas de educação e trabalho é exceção. Castro (2013), a partir destes dados, demonstra que apenas 22% dos detentos trabalham no país. O Rio de Janeiro é o estado em que se encontram os menores índices de população carcerária trabalhando (2,14%), contra 42,72% do Estado de Santa Catarina. O mesmo levantamento aponta que também é baixíssimo o índice de presos que estudam nos presídios fluminenses (8,41%). E esta é uma realidade trágica em todos os estados brasileiros. Dos 26 pesquisados, apenas seis superam os 10% de presos estudando e apenas dois (Pernambuco, com 24,86%, e Espírito Santo, com 20,98%) vão além dos 20%. O Rio de Janeiro, neste quesito, é o 10º a oferecer tal possibilidade aos detentos. Na região Sudeste só supera São Paulo, com 7,52%.

Estamos lidando com a consequência de fenômenos cujas explicações não podem ser buscadas na particularidade da particularidade (embora elas devam ser, também, consideradas). A organização política, econômica, cultural; o acesso a riquezas e informações; a liberdade de expressão de desejos, opiniões, culturas, fé; todos estes aspectos podem ter contribuições a apresentar para nos auxiliar a lidar com o fenômeno da violência.

Atuar sobre estas distintas manifestações da vida social exige pensar ao menos duas dimensões. A primeira é ter criticidade e capacitação necessárias para identificar quando as situações que atendemos são resultado de relações violentas. Aqui, uma vez mais, é preciso lembrar que a violência não se expressa apenas fisicamente. Ela também pode ser psicológica, com fortes repercussões para a subjetividade dos indivíduos sociais que a sofrem. Também é preciso chamar a atenção para o fato de que nem sempre a pessoa que nos procura manifestar-se-á como vítima de violência. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro (LESSA; MORAES; RUIZ, 2008) entrevistamos

homossexuais do sexo masculino, residentes daquela cidade, que haviam sofrido violência física em algum momento de suas vidas. Um dos entrevistados, que nos chegou pela rede de *e-mails* do Grupo Arco-Íris, tinha sido espancado violentamente por dois seguranças na Rodoviária Novo Rio. Ele, que estava buscando parceiros naquela região – eis outro tipo de violência cometida contra este segmento populacional: o de só permitir que manifestem sua sexualidade em guetos e locais específicos –, foi chantageado pelos dois seguranças. Como não tinha dinheiro no bolso, foi socado, derrubado no chão, chutado e pisoteado com coturnos. Além de seu rosto ficar superinchado (o que o fez não procurar de imediato uma unidade de saúde, por vergonha, segundo seu depoimento), perdeu vários dentes – inclusive frontais – em função da violência sofrida. Ainda segundo ele, seus espancadores só pararam de lhe bater quando ele se fingiu de morto. Aí, deixaram o local.

Vejam: o espancamento havia ocorrido dois anos antes do relato que nos fez. Até então, ele não tinha contado o fato para quase ninguém – o que lhe trazia sofrimentos de diferentes ordens. O mesmo entrevistado nos apontava o fato de que, ainda que necessitando de auxílio psicológico, à época do fato ele não estava disponível na rede pública de serviços. O próprio Programa Brasil Sem Homofobia, consultado pelos responsáveis pela pesquisa, apenas fazia recomendações genéricas a respeito, sem prever serviços desta natureza.

A segunda dimensão diz respeito a analisar criticamente as medidas que tomamos a partir da identificação de situações que resultam de violência. Precisamos saber como encaminhá-las. Basta apenas oferecer resposta à queixa imediata das pessoas que nos procuram? Basta registrá-la em um documento que entregamos ao usuário com recomendação para que procure algum outro serviço?

No Brasil, por exemplo, é bastante comum que a violência contra crianças e adolescentes gere encaminhamentos para conselhos tutelares – instâncias que foram conquistas de movimentos sociais preocupados com a qualidade de vida destes

segmentos (MENDES; MATOS, 2010). Mas nós acompanhamos o processo todo que gerou tal violência? Tentamos perceber, cada qual em nosso campo de atuação, que dimensões estão ali manifestas? Paramos, em algum momento, para sistematizar os dados de diferentes violências que atendemos para oferecê-los à análise de pesquisadores, de movimentos sociais e (por que não?) da própria equipe profissional que compomos? Ousamos analisar a composição institucional dos equipamentos para os quais encaminhamos as vítimas de violências, e acompanhar seu atendimento, como forma de garantir que haja a máxima qualidade no trato com as demandas reclamadas por aquela população?

Em outra direção, envolvemos a população que reside no entorno da unidade escolar com os debates do sentido e das proposições da escola? Temos atenção para suas demandas (por cultura, educação, participação política e outras) nos momentos em que se reúnem os conselhos de escola para definir a política escolar? Se não o fazemos, tal exclusão não significa uma forma de violência?¹⁴

Alijar-se destes processos pode significar contribuir para violar direitos. E, ainda, para reforçar medidas geradoras de violência. Embora os conselhos tutelares tenham sido criados em perspectiva que visava a garantia de direitos, a disputa despolitizada (ou, no caminho oposto, partidarizada – no mau sentido, de transformá-los em locais de visibilidade para futuras candidaturas a cargos eletivos, especialmente municipais) e conservadora pela função de conselheiros e conselheiras tutelares tem feito com que em parte significativa das vezes a solução imaginada seja tirar, sem maior aprofundamento, a criança ou o adolescente da guarda de seus pais e mães. Estes e estas são transformados em *algozes* e *vítimas* - como se tais fenômenos fossem de responsabilidade meramente individual - e muitas vezes são encaminhados para lotar ainda mais as cadeias a que nos referimos anteriormente. Encaminhar uma determinada demanda jamais pode ser lavar nossas mãos quanto às alternativas que

serão efetivamente oferecidas aos que demandam nossos serviços.

CONCLUINDO ESTAS REFLEXÕES

“Um mapa do mundo que não incluía Utopias não merece ser olhado”, escreveu Oscar Wilde, “já que deixa de fora o único país no qual a humanidade está sempre desembarcando. E quando a humanidade chega ali, olha para o horizonte e, ao ver um país melhor, zarpa em sua busca. O progresso é a realização de Utopias”. (ALI, 2012, p. 65).

Nossa leitura acerca dos direitos do homem e da mulher é que eles são muito mais do que está previsto em lei. O que chamamos de direitos expressa necessidades humanas, geradas em um processo de relação com a natureza e com os demais seres humanos, que Marx já dizia ser um dos fatores que nos diferenciam dos demais seres vivos (RUIZ, 2014). Dizia, também, que este era o único processo ininterrupto, que existiu e existirá enquanto houver vida social sobre a Terra.

Se é assim, podemos ousar afirmar uma certeza: a violência, embora presente ao longo da história da humanidade em diferentes manifestações, é algo possível de ser questionado e superado. Como seres humanos, temos capacidade teleológica de projetar nosso futuro e construir caminhos e ações para realizá-lo. Inevitável, ainda bem, é apenas a morte.

Final, como dizia Bertolt Brecht: *Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.*

Possibilitar que as diversas expressões da violência sejam superadas na sociedade igualitária que projetamos exige reconhecer que, embora este não seja um fenômeno originado sob a ordem do capital, não há possibilidade de superá-lo sem a derrota deste modelo societário.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Cf. Coutinho (1991).

² Cf. <http://www.youtube.com/watch?v=Lj32UZ94rNc>. Acesso em: 31 jul. 2014.

³ Cf. Marx e Engels (2007, p. 535). A citação é feita a Marx, em “Ad Feuerbach”, na mesma publicação.

⁴ Cf. http://www.cress-es.org.br/site/images/mocao_eixo_etica_e_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 24 ago. 2014.

⁵ No que se refere às denúncias internacionais, tais entidades têm se utilizado do Sistema de Proteção Internacional aos Direitos Humanos, composto pelo conjunto de Tratados, Cartas, Convenções e outros documentos internacionais aprovados no âmbito das assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU) e subscritos pelo Brasil. Ainda que se devam reconhecer profundas contradições nas deliberações daquela organização, tais instrumentos têm se mostrado importantes caminhos para ampliar a repercussão de violações de direitos pelos diversos países, além de permitir, em alguns casos, a aprovação e aplicação de sanções contra os estados que promovem violações ou se omitem diante delas.

⁶ Cf. <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2013.

⁷ Lembremo-nos de que as manifestações de junho de 2013 ocorreram praticamente de modo simultâneo à Copa das Confederações, preparatória para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

⁸ Cf. <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/felipe-patry/noticia/2013/11/mercado-de-bseguranca-privada-cresce-no-brasil.html>. Acesso em: 20 ago. 2014.

⁹ Cf. <http://www.oas.org/dsp/Observatorio/database/indicatorsde tails.aspx?lang=es&indicator=43>. Acesso em: 20 ago. 2014.

¹⁰ Cf. <http://www.3i-corporation.com/noticias/index/13>. Acesso em: 20 ago. 2014. Atente-se para o fato de que pesquisas recentes mostram que quatro destes cinco países detêm os maiores sistemas prisionais do planeta.

¹¹ Estatísticas do Grupo Gay da Bahia (GGB) demonstram a ocorrência de um assassinato de homossexuais por dia no Brasil. Destaque-se que seu levantamento é feito a partir daquilo que sai publicado na mídia comercial, não incluindo, portanto, os certamente altos índices de subnotificação deste fenômeno, dados o preconceito e a discriminação de que este público é vítima mesmo em delegacias e/ou quando procuram agentes policiais. A este respeito, cf. Lessa, Moraes & Ruiz (2008).

¹² O Brasil detém, atualmente, a terceira maior população prisional do mundo. Fica atrás apenas de Estados Unidos e Rússia. Como citado anteriormente no que se refere ao amplo mercado de segurança privada, o país começa a conviver com a atenção privada para a possível lucratividade dos presídios, a partir da privatização de unidades prisionais em diversos estados.

¹³ Há diversas notícias sobre a campanha no site www.cfess.org.br.

¹⁴ Cf. Ruiz (2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, T. O espírito da época. In: HARVEY, D. et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. p. 65-71.

- ASLAN, R. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, J. Rio é estado do país onde presidiários menos trabalham. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de mar. 2013, 2. ed. Caderno País, p. 4.
- COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: *Cadernos ABESS nº 4*. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1991.
- IASI, M. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. Posfácio. In: ZIZEK, S. *Violência*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 171-189.
- LESSA, C. P.; MORAES, L. A.; RUIZ, J. L. S. Violência física contra homossexuais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TRABALHADORES SOCIAIS, 19., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: CFESS/FITS, 2008.
- MARX K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENDES, A. G.; MATOS, M. C. de. Assessoria: atribuição da “Equipe Técnica” no Conselho Tutelar. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (Org.). *Assessoria, consultoria e Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 202-226.
- RUIZ, J. L. de S. *Direitos humanos e concepções contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. Elementos para o diálogo entre direitos humanos e o exercício profissional na educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindoia. *Anais...* Brasília: CFESS/ABEPSS/ ENESSO/CRESS 9ª Região, 2013.
- SAFATLE, V. Amar uma ideia. In HARVEY, D. et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. p. 45-55.
- ZIZEK, S. *Violência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. O violento silêncio de um novo começo. In HARVEY, D. et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. p. 15-25.